

Tendência Formativa e Tendência Actualizante

Reflexões à luz das teorias do caos e da complexidade - II

Formative Tendency and Actualizing Tendency

Reflections concerning chaos and complexity theories - II

Neste editorial continuarei a análise dos conceitos rogerianos, iniciado no editorial anterior. Ocupar-me-ei aqui da *tendência actualizante*. Este termo remete-nos, como Rogers enunciou, para a actualização de potencialidades. Diz-nos Rogers: “*the organism has one basic tendency and striving - to actualize, maintain, and enhance the experiencing organism*”^[1].

Esta noção remete-nos, por sua vez, para a noção de *actual-potencial*. Já vimos, na discussão dos pontos anteriores (Editorial V10N2), que está imanente no conceito de *tendência* as noções de *permanência* e de *mudança* e que no conceito de *tendência formativa* estão imanentes as noções de *ordem* e *desordem*. Usando a mesma lógica, parece-me necessário descodificar o significado deste princípio na determinação do comportamento humano, já que uma das críticas formuladas aos princípios gerais do modelo da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) é a redução das determinações do comportamento a um único princípio, que é em si, “optimista”. Implícita a esta crítica está a ideia de que são deixados de lado aspectos importantes do comportamento, como sejam as disfunções, os maus caracteres, ou mais genericamente o crime, a delinquência, ou em termos mais médicos, a psicopatia e a sociopatia. Um dos autores que mais se tem ocupado nesta descodificação é Barrett-Lennard^[2], tendo considerado que a *tendência actualizante* constitui o principal princípio motivacional do comportamento humano, muito embora este princípio esteja acompanhado de um outro, que ele designa por *tendência para a homeostasia*^[2]. Isto é, segundo este autor, não devemos considerar a *tendência actualizante* isoladamente, mas sim a par da *tendência à estabilidade*. De algum modo, aproxima-se da análise que atrás efectuámos quanto ao significado do termo *tendência*.

Por sua vez, Seeman^[3], na sua crítica à formulação do conceito de *auto-actualização* (ou *tendência actualizante*) refere que o principal problema desta formulação consiste na afirmação de que esta *tendência* constitui o único impulso que rege o desenvolvimento humano. Propõe, como resolução deste problema, que a *tendência actualizante* não seja um conceito, mas antes uma metáfora de algo mais tangível que considera ser uma série de leis do desenvolvimento ou *regularidades*. Assim, pretende ultrapassar a dificuldade e propõe que o modelo que melhor capta esse conjunto de leis do desenvolvimento é o modelo sistémico aplicado ao ser humano. Assim, o conceito de *auto-actualização* seria substituído pelo conceito de *auto-regulação*, na linha da cibernética wieneriana. Isto é, Seeman acaba por formular, por outras palavras, a mesma noção de Barrett-Lennard de *homeostasia*.

Apesar destes desenvolvimentos, penso que o problema não fica resolvido, pois a dificuldade reside

mesmo no conceito de *actualização* e não na sua singularidade em termos motivacionais humanos. Para demonstrar esta afirmação terei de me deter um pouco na análise das implicações deste conceito. Como disse atrás, o conceito de actualização remete-nos, como difusamente tem sido divulgado nas teorizações sobre o modelo da ACP, para o conceito de *potencialidade*. Qual é o texto sobre este assunto que não refira, mais do que uma vez a designação *actualização de potencialidades*? Ora, conceber o *potencial* implica uma séria transformação: a da categoria do *possível* em *potencial*. Esta transformação acarreta um conjunto de consequências. Desde logo, a existência de *potencialidades* implica a existência de algo que já lá estava e, portanto, real de uma certa maneira, mas que não é directamente observável. Sendo assim, a evolução espontânea (se nada se lhe opuser) evolui de tal modo que o potencial se actualiza e, por isso, desaparece enquanto tal. Isto porque a noção de potencial pressupõe a obediência a uma lei geral de conservação da energia que exclui a possibilidade da *criação* aquando da transformação de um potencial em real, pois que o real já lá estava, bem escondido, no estado potencial. Sendo assim, aparece-nos uma contradição lógica entre este princípio (tendência actualizante) e o princípio da tendência formativa já que, como vimos, se caracteriza pela criação de novas formas.

Para além disso, a imprevisibilidade que permite o *novo* e que implica a noção de acaso, ruído, flutuações e indeterminações, conserva ainda, a noção de potencial, na medida em que o acaso é atribuível às insuficiências do observador e, por isso, constitui apenas uma questão de tempo até que se descubra que afinal ele já lá estava. Esta ideia, mais sofisticada que a outra, vigora actualmente no domínio da biologia e da psicologia, implicando uma dificuldade lógica para a concepção da criação. Então, como poderemos ultrapassar esta dificuldade e dar conta de um possível que possa incluir a criação, o novo? Não é difícil constatar que a noção de potencial tende à equalização. Isto é, o real não é nem mais nem menos do que a sua actualização, em que a única diferença se encontra numa sucessão causal de um estado no qual uma propriedade é observada realmente, na sequência de um estado potencial, no qual essa propriedade não existia; mas este estado potencial é perfeitamente observável e é possível conhecer-se as condições necessárias e suficientes para que ele seja transformado em estado ou para que esta propriedade seja observável (portanto actualizada). Ao contrário, a noção de possível, é simultaneamente mais e menos do que o real. É **mais** que o real quando a transformação de um no outro se traduz por uma restrição do número de possibilidades (no limite podemos considerar que o possível constitui um número infinito de possibilidades e que a realização de uma entre elas, eliminando todas as outras, reduz drasticamente o número dos possíveis*). Mas o possível é também **menos** que o real porque a sua actualização depende de um conjunto de condições, elas mesmas não totalmente determinadas, e que condicionam, num segundo nível, a forma da transformação de um possível em real.

Vemos, pois, que o real contém em si o efeito das condições adicionais necessárias para que ele próprio seja actualizado. E, enquanto que esta actualização não se efectua, a sua forma depende de um conjunto de outras condições adicionais que existem apenas num futuro, ele mesmo da ordem do possível. Com esta noção não quero significar que a possibilidade das coisas precede a sua existência. Pelo contrário, retomo aqui a posição bergsoniana, considerando que à medida que a realidade se cria, imprevisível e nova, a sua imagem reflecte-se para trás no passado indefinido; mas é nesse momento preciso que ela começa a ter sempre sido. Eis porque a possibilidade, que não precede a sua realidade, a precedeu uma vez que a realidade apareça. “*Le possible n'est que réel avec, en plus, un acte de l'esprit qui en rejette l'image dans le passé une fois qu'ils'entproduit*”, diz-nos Bergson^[4] (p. 1339). Não podemos, portanto, separar as noções de possível e de real, como também não podemos, arbitrariamente, alterar o sentido

do tempo: é o real que se faz possível e não o possível que se torna real. Neste sentido, “*le possible est donc le mirage du présent dans le passé*”^[4] (p. 1341). Tomando em consideração esta distinção entre o potencial e o possível, vejamos como é que a questão da actualização de potencialidades se configura. A actualização de potencialidades implica a consideração do conceito de *pessoa potencial*. Como vimos, esta noção deixa entender que toda a pessoa (ou seja, a totalidade dos seus atributos) já está lá, em potencialidade, apenas esperando a possibilidade de se exprimir, a partir do momento que sejam eliminados os obstáculos que impedem a sua actualização. Em relação à pessoa humana, cuja origem primeira é um ovo humano, podemos afirmar que nesse ovo já existem certas potencialidades de pessoa, mas existem também muitas outras potencialidades que conduzem a outras coisas que não a pessoa humana (aborto espontâneo, anencefalias, molas hidatiformes, etc.). Isto significa que as potencialidades contidas num ovo humano são inicialmente maiores que as de um indivíduo humano: são potencialidades de vida, é certo, e mesmo de individuação, mas mais abrangentes que as de um indivíduo humano e a *fortiori* de uma pessoa humana. Ou seja, o desenvolvimento embrionário (e o desenvolvimento em geral) consiste não apenas em actualização de potencialidades mas também numa *redução* de potencialidades para as limitar às de um ser humano (ou de um projecto). Ou seja, só na medida em que a pessoa se constitui é que as suas possibilidades se apresentam como tendo sempre sido. Por estas razões não poderemos substituir a noção de pessoa potencial pela noção de *pessoa possível*, porque é uma *pessoa irreal* (que não comporta nenhum dos atributos de uma pessoa), mas antes pela noção de *pessoa real* que, na sua permanente constituição, se revela nas suas potencialidades e possibilidades.

Retomando a questão inicial sobre a tendência actualizante e após estas considerações, deveremos considerar que o conceito em causa, para reflectir os modelos explicativos que tenho vindo a referir, deverá ser compreendido como *tendência à realização* que, no caso humano, vai-se revelando como possibilidades antropológicas.

Uma leitura atenta de Rogers vem confirmar estas considerações e vem explicitar o ponto de vista daquele autor, já que é sua a seguinte afirmação: “*num organismo ... há um fluxo subjacente de movimento em direcção à realização construtiva das possibilidades que lhe são inerentes*”^[5] (p. 40). Rogers designa este movimento como sendo uma *tendência à realização*.

Na minha leitura de Rogers, existe aqui uma referência a um outro conceito que não o de actualização de potencialidades. É certo que está imanente a noção de que a possibilidade precede a realidade, mas também é certo que Rogers não se cola definitivamente à noção restritiva de potencialidade.

Sendo assim, torna-se possível sugerir que, em termos de princípios gerais que fundamentam o modelo da ACP, teremos a *tendência formativa*, a operar segundo o princípio da auto-organização e a *tendência à realização*, que engloba em si a possibilidade de actualização de potencialidades. O que pretendo significar com esta ordenação é que a **tendência à realização constitui um princípio geral e que a actualização de potencialidades constitui uma das operacionalizações desse princípio.**

Estando clara esta distinção, vejamos agora sob que condições a actualização de potencialidades ocorre. A este respeito, Brian Thorne^[6] após referir que este conceito é um conceito complexo e que integra em si vários impulsos (como a redução de necessidades ou de tensões, a procura de desafios criativos, o desejo de aprender, entre outros), afirma que essa actualização só se pode manifestar no organismo humano quando considerado como uma unidade, e que partes deste organismo podem actuar (facili-

* O conceito de possível é aqui empregue no sentido da não existência de obstáculos inultrapassáveis para a sua realização. Neste sentido, o possível é aquilo que não é impossível, sendo esta não impossibilidade a condição da sua realização.

tando ou inibindo) a tendência geral do organismo como um todo.

Emerge assim uma outra noção fundamental do pensamento rogeriano, que está intimamente ligada às noções que estamos tratando, que é o conceito de *organismo*.

Este conceito não é tratado em termos médicos ou fisiológicos, mas antes em termos que fazem ressaltar as características de unidade na multiplicidade (*unitasmultiplex*). Esta concepção remete-nos para a lógica dos sistemas complexos que nos permitirá compreender e explicar o modo como os princípios em análise se manifestam através desta unidade múltipla. Segundo esta lógica, um organismo está, quer num estado de ordem, quer num estado de caos e através da incidência de perturbações ou flutuações, é-lhe dada a possibilidade de bifurcação (ou ponto de ramificação) que é o mesmo que dizer que lhe é dada a possibilidade de se mover da ordem para o caos, do caos para a ordem, ou então permanecer no caos ou na ordem, mas de maior ou menor grau. De qualquer modo, sempre que uma perturbação é introduzida num sistema complexo (o organismo) auto-organizador, a *mudança* ocorre sempre.

Segundo Prigogine e Stengers⁷¹, todos os sistemas contêm outros subsistemas, os quais estão continuamente a *flutuar*. Numa determinada altura, uma simples flutuação ou uma combinação de flutuações podem ser tão poderosas, como resultado de uma retroacção positiva, que pode alterar a organização preexistente. Neste momento particular, ao qual os autores designam por *momento singular* ou *ponto de bifurcação*, é impossível determinar antecipadamente (predizer) qual a direcção que a alteração vai tomar: (a) se o sistema se desintegra no caos ou (b) se evolui para um nível mais diferenciado de ordem ou de organização, ao qual chamam *estrutura dissipativa*.

Temos então um situação onde pequenas “decisões” numa situação instável podem conduzir um sistema formado por um grande número de entidades interactivas funcionando para uma estrutura global. Dependentemente do tamanho da região da flutuação inicial for acima ou abaixo de um determinado valor crítico, assim a flutuação pode regredir ou disseminar-se por todo o sistema. Por outro lado, quanto mais rápida for a comunicação dentro do sistema, maior a percentagem de flutuações não sucedidas e maior é a estabilidade do sistema. Este aspecto do *tamanho-crítico* significa que em tais situações, o ambiente tende sempre a enfraquecer as flutuações. Estas serão destruídas ou amplificadas de acordo com a eficiência da comunicação entre as regiões das flutuações e o ambiente exterior. O tamanho-crítico depende então da competição entre o poder integrativo do sistema e os mecanismos de amplificação das flutuações.

A questão dos limites da complexidade tem sido muitas vezes levantada. De facto, quanto mais complexo for o sistema mais numerosos são os tipos de flutuações que ameaçam a sua estabilidade. Sendo assim, a questão que se levanta é a de saber como é que sistemas tão complexos como o sistema humano podem sobreviver? Como é que conseguem lidar com o caos permanente? Uma resposta parcial advém justamente do efeito estabilizador da comunicação da difusão dos processos. Nos sistemas complexos, nos quais os indivíduos interagem de muitas maneiras diferentes, a difusão e a comunicação entre as várias partes do sistema é muito eficiente. Existe uma competição entre estabilização através da comunicação e a instabilidade através das flutuações. O resultado dessa competição determina o limiar da estabilidade.

Em síntese podemos dizer que as teorias da complexidade evocam um princípio, o *princípio da totalidade*, que está imanente na concepção rogeriana de *organismo*. Esta ideia está implícita na noção de que “*cada propriedade do organismo é influenciada pelo totalidade dos seus constituintes e cada constituinte influencia todas as propriedades*”. Esta concepção onde conceitos-chave como

organização, interacção e integração estão incluídos é claramente aprofundada pelo conceito de *sistema epigenético de Waddington* (ver Editorial V4N4 e V4N5). Na base deste conceito concreto estão ideias como transmissão de informação e a sua transformação.

A noção de *sistema epigenético*, que é uma noção advinda da biologia moderna, faz apelo à dependência mútua entre o organismo e as condições do seu meio ambiente. Colocando esta noção em termos da tendência à realização e da actualização de potencialidades, teremos de nos referir agora a um dado fundamental enunciado por Rogers: aquelas propriedades só se manifestam quando existem condições para tal. Isto faz depender a transformação em acto (realização ou actualização) das qualidades potenciais de factores que Rogers colocou nas condições exteriores ao sujeito: a qualidade das suas *relações significativas*. Podemos aqui concluir que aquilo a que Rogers chamou *tendência à realização* corresponde, nas teorias do caos e da complexidade, à qualidade auto-organizadora agora aplicada aos aspectos próprios do desenvolvimento humano.

Assim, segundo Carl Rogers, o desenvolvimento harmonioso da pessoa humana resulta de um jogo entre as suas forças impulsionadoras para a organização complexa e as condições dos seus mundos envolventes. Nesta concepção e em relação à concepção freudiana do homem, o centro do desenvolvimento é deslocado do intrapsíquico para o intersubjectivo e em relação à concepção behaviorista, o centro do desenvolvimento humano é deslocado do jogo entre o estímulo e a resposta para um jogo que passa pela intencionalidade orientada para um mundo envolvente. Esta via rogeriana de concepção da natureza do homem foi caracterizada por Shlien^[8] como sendo de natureza fenomenológica e por Braaten^[9] como sendo existencial.

Temos, finalmente, que os princípios fundadores do movimento da ACP - *tendência formativa e tendência à realização* - estão intimamente ligados aos conceitos de organismo e de *totalidade*. Este último está consignado na noção de *fullfunctioningperson* e remete-nos para a questão da autonomia, como iremos ver.

Autonomia significa lei própria, contrapondo-se ao oposto, como uma imagem em espelho, que é a heteronomia ou comando. Estas duas vertentes da mesma realidade interagem incessantemente, em que a autonomia representa a criação, a afirmação da própria identidade, a regulação interna, a definição a partir do interior; a heteronomia representa a consumação, os sistemas de entradas/saídas, a afirmação da identidade do outro, a definição pelo exterior.

Uma das grandes conquistas do pensamento moderno, sobretudo depois do advento das teorias da complexidade, é o reconhecimento de um funcionamento do tipo autónomo pelos sistemas naturais.

O principal passo da passagem do conceito de heteronomia ao de autonomia é a concepção da informação, não em termos de instruções mas em termos dos modos da sua construção pelo próprio sistema, não em termos de representação, mas em termos da viabilidade do próprio sistema. Ou seja, esta mudança de paradigma obriga-nos a pensar a informação circulante num sistema autónomo como o produto interno que visa, permanentemente, à melhor adaptabilidade do sistema às suas circunstâncias internas e externas. Aplicando estas ideias à relação do sujeito com o seu mundo, esta relação efectua-se como num espelho, não nos dizendo nem o que o mundo é nem o que o mundo não é. Apenas nos diz que é possível ter um modo próprio de estar e de agir, e que deste modo, a nossa experiência é *viável*.

Esta plasticidade do mundo, nem subjectivo nem objectivo, nem uno nem separável, nem duplo e inseparável, revela que a realidade não é verdadeiramente construída a partir do nosso imaginário,

mas também que não pode ser compreendida como um dado pré-determinado. Finalmente, implica que a experiência não estando assente em qualquer fundamento, constitui o catalizador do sentido advindo das interpretações da nossa história comum como seres vivos e como indivíduos sociais, numa gradual construção de normas próprias que guiam o percurso do nosso projecto de existência. Implica, em síntese, escolhermos, para ponto de partida, o nosso “mundo interno” e não o mundo exterior.

Tudo isto me leva a considerar que o ideal de objectividade, como meio de eliminar progressivamente o erro, segundo critérios científicos, não passa de uma megalomania. Os princípios deste paradigma implicam aceitarmos a existência de um mundo onde ninguém pode reivindicar uma compreensão de natureza universal. Quero com isto dizer que o modelo da ACP não pode ser unidimensional (uma só verdade), nem eclético ou amorfamente flexível. Pelo contrário, deve permitir dar conta da complexidade do existir humano no seu sentido mais profundo: a aceitação e integração do paradoxo.

É esta a leitura que faço de Rogers, através desta grelha paradigmática: o mundo de cada um, muito embora possa ser regido por princípios universais, é construído de uma forma singular, o que implica a impossibilidade de o generalizar a qualquer outro ser humano. Daí que a questão da autonomia, como consequência do impulso à realização e à actualização de potencialidades, nos remeta para a questão do sujeito como o construtor único da sua realidade.



João Marques-Teixeira

Referências

- [1] Rogers, C. (1980). *A Way of Being*. Boston: Boston (Houghton Mifflin).
- [2] Barrett-Lennard, G. (1998). *Carl Rogers' Helping System. Journey & Substance*. Sage: Califórnia, p. 76.
- [3] Seeman, J. (1989). *Toward a model of positive health*. *Am Psychol*, 44(8): 1099-109.
- [4] Bergson, H. (1991). *Oeuvres*. Paris, PUF (5ª Ed.).
- [5] Rogers, C. (1983). *Um Jeito de Ser*. Trad. Portuguesa de MªKupfer, Heloisa Lebrão e YoneSouzaPatto. S.Paulo: Ed. E.P.U
- [6] Thorne, B. (1992). *Carl Rogers*. London, Sage.
- [7] Prigogine, I e Stengers, I. (1984). *Order Out of Chaos: Man's New Dialogue with Nature*. New York: Bantan Books
- [8] Levant, R e Shlien, J (Eds.) (1984). *Client-centered therapy and the person-centered approach: New directions in theory, research and practice*. New York: Praeger.
- [9] Braaten, L (1961). *The movement from non-self to self in client-centered psychotherapy*. *Journal of Counseling Psychology*. 8(1): 20-24.